

- CESPE - 2015 - TJ-DFT - Técnico Judiciário - Administrativa
- Acerca da aplicabilidade da lei processual penal no tempo e no espaço e dos princípios que regem o inquérito policial, julgue o item a seguir.
- Por força de mandamento constitucional, o exercício do contraditório deve ser garantido ainda no curso do inquérito policial, não obstante a sua natureza administrativa e pré-processual.
- CESPE - 2013 - TJ-DFT - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador
- Considerando os princípios aplicáveis ao direito processual penal e a aplicação da lei processual, julgue os itens a seguir.
- A autodefesa, que, pelo princípio da ampla defesa, é imposta ao réu, é irrenunciável.
- CESPE - 2013 - TJ-DFT - Técnico Judiciário - Área Administrativa
- A respeito dos princípios do direito processual penal e da ação penal, julgue os itens subsequentes.
- Em processo penal, ninguém pode ser forçado a produzir prova contra si mesmo. Por outro lado, a recusa em fazê-lo pode acarretar presunção de culpabilidade pelo crime.
- CESPE - 2013 - TJ-DFT - Técnico Judiciário - Área Administrativa
- Texto associado
- A respeito dos princípios do direito processual penal e da ação penal, julgue os itens subsequentes.
- O condenado pela prática do crime de estupro que recorrer da sentença penal condenatória não poderá ser considerado culpado da infração enquanto não transitar em julgado sua condenação.
- Com relação à ação penal, julgue o item subsequente.
- Vícios formais verificados no inquérito policial ensejam a nulidade da respectiva ação penal.
- CESPE / CEBRASPE - 2003 - PC-RR - Agente Carcerário
- Considerando a situação hipotética em que um indivíduo — Flávio —tenha sido preso em flagrante delito, após ter danificado, mediante pauladas, viatura policial, julgue o item subsequente.
- Tratando-se de indiciado preso em flagrante, o inquérito policial deverá ser encerrado em, no máximo, 30 dias e, em seguida, remetido ao Poder Judiciário

- 2018 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Polícia Federal
- Julgue o seguinte item, a respeito de suspeição e impedimento no âmbito do processo penal.
- O fato de não ser cabível a oposição de exceção de suspeição à autoridade policial na presidência do IP faz, por consequência, que não sejam cabíveis as hipóteses de suspeição em investigação criminal.
- CESPE - 2019 - TJ-AM - Assistente Judiciário
- A respeito de ação penal e do disposto na Lei de Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei n.º 9.099/1995), julgue o item seguinte.
- O inquérito policial é dispensável para a promoção da ação penal desde que a denúncia esteja minimamente consubstanciada nos elementos exigidos em lei
- CESPE / CEBRASPE - 2021 - TCE-RJ - Analista de Controle Externo - Especialidade: Direito
- Considerando aspectos gerais do direito penal brasileiro, julgue o item subsecutivo.
- Não cabe ação penal privada subsidiária da pública se o Ministério Público, em vez de oferecer denúncia, promover o arquivamento do inquérito policial dentro do prazo legal.
- CESPE / CEBRASPE - 2021 - TCE-RJ - Analista de Controle Externo - Especialidade: Direito
- Considerando aspectos gerais do direito penal brasileiro, julgue o item subsecutivo.
- Não cabe ação penal privada subsidiária da pública se o Ministério Público, em vez de oferecer denúncia, promover o arquivamento do inquérito policial dentro do prazo legal.
- CESPE / CEBRASPE - 2021 - CODEVASF - Assessor Jurídico - Direito
- Com relação ao processo penal, julgue o item subsequente.
- Ocorrerá perempção se o representante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente.
- CESPE - 2020 - MPE-CE - Técnico Ministerial
- Tales foi preso em flagrante em um parque de Fortaleza pela prática do crime de estupro, tendo sido reconhecido pela vítima, Marta, com a qual não possuía relação anterior. Há indícios de que Tales tenha praticado outros crimes sexuais, tendo sido também reconhecido por outras vítimas.
- A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.
- O crime de estupro não admite retratação nem perdão pela vítima, cabendo ao Ministério Público oferecer a denúncia no prazo de cinco dias, estando Tales preso.

- CESPE - 2019 - PGE-PE - Analista Judiciário de Procuradoria
- A respeito de ação penal, espécies e cominação de penas, julgue o item a seguir.
- Em se tratando de crimes sujeitos a ação penal pública condicionada, a representação do ofendido é irretratável depois de oferecida a denúncia.

CESPE CEBRASPE - TJDF - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - Analista Judiciário - Área Judiciária Julgue os itens seguintes, a respeito do processo penal e da execução penal.

Com base no princípio da correlação, mesmo em grau recursal, é possível atribuir-se definição jurídica diversa à descrição do fato contida na denúncia ou queixa, não podendo, porém, ser agravada a pena quando somente o réu houver apelado da sentença

CESPE CEBRASPE - TJDF - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - Técnico Judiciário - Área: Administrativa

A legitimação ativa para a ação penal e a definição de sua natureza decorre da lei, sendo, de regra, ação pública, salvo se a lei expressamente a declara privativa do ofendido.

CESPE CEBRASPE - TJDF - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - Técnico Judiciário - Área: Administrativa

Em relação aos prazos processuais, à comunicação dos respectivos atos e aos sujeitos da relação processual, julgue os itens que se seguem.

As intimações do defensor dativo serão feitas pessoalmente, por mandado, ao passo que as intimações do defensor constituído far-se-ão por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais do respectivo juízo.

CESPE CEBRASPE - TJDF - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - Analista Judiciário - Área Judiciária

Em processo penal, a citação por hora certa do réu que se oculte para não ser citado segue os procedimentos previstos no Código de Processo Civil, de modo que, caso o réu não compareça em juízo nem constitua advogado, ficam suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz, se for o caso, determinar a produção antecipada de provas consideradas urgentes.

CESPE CEBRASPE - TJDF - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

- Técnico Judiciário - Área: Administrativa Em relação aos prazos processuais, à comunicação dos respectivos atos e aos sujeitos da relação processual, julgue os itens que se seguem.

O mandado de citação do réu deverá incluir todas as informações relativas à demanda, como, por exemplo, o nome do juiz, o nome do querelante — nas ações iniciadas por queixa — e a finalidade da citação. Esse rol de informações denomina-se, doutrinariamente,

requisitos intrínsecos do mandado de citação.

CESPE CEBRASPE - TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade: Oficial de Justiça Avaliador Federal Paulo e Jean foram denunciados pela prática do crime de furto de joias, praticado contra Maria, tia sexagenária de Paulo. A subtração foi facilitada pelo fato de Paulo residir com a vítima. Quando da citação, Paulo não foi encontrado no novo endereço que havia fornecido na fase do inquérito, tendo sido o mandado entregue a outro morador, que se comprometeu a entregá-lo ao destinatário. Jean, que retornou para a França, seu país de origem, havia fornecido seu endereço completo ao delegado.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

Se Jean, após a citação pessoal válida, não comparecer em juízo para defender-se no curso da ação penal, o juiz deverá decretar a sua revelia e nomear-lhe um defensor dativo, dando continuidade ao processo, mas não poderá considerar a existência de confissão ficta.

Jean será citado por carta rogatória na França, segundo as regras processuais de seu país, ficando suspenso o curso do prazo prescricional até o cumprimento da citação

CESPE CEBRASPE - TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - Técnico Judiciário - Área Administrativa - 3º Simulado

Em se tratando do procedimento ordinário, expirado o prazo para o oferecimento da defesa inicial, opera-se a preclusão temporal

CESPE CEBRASPE - TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - Técnico Judiciário - Área Administrativa - 3º Simulado

Nos crimes de ação penal privada, a queixa-crime oferecida pelo ofendido não poderá ser aditada pelo Ministério Público, que atuará no processo apenas como fiscal da lei

CESPE CEBRASPE - TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - Técnico Judiciário - Área Administrativa - 3º Simulado Será cabível a absolvição sumária do réu em processo comum, após a audiência preliminar, caso o Juiz reconheça a existência de doença mental do acusado que, comprovada por prova pericial, o torne inimputável

Julgue o item em relação aos direitos individuais.

É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a plenitude de defesa; o sigilo das votações; a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida

A respeito do Tribunal do Júri, julgue as seguintes assertivas.

Caso o Conselho de Sentença entenda não se tratar de crime doloso contra a vida, o julgamento será realizado pelo juiz-presidente, com a adequação típica que entender

cabível, se restar algum tipo penal remanescente